

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.181.422 - SP (2017/0255450-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE** : **DESTILARIA GRIZZO LTDA**  
**ADVOGADOS** : **ADIRSON DE OLIVEIRA BEBER JÚNIOR - SP128515**  
: **MARCOS VINÍCIUS COSTA - SP251830**  
**AGRAVADO** : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR** : **VÂNIA MARIA BARBIERI BENATTI E OUTRO(S) - SP104401**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pela DESTILARIA GRIZZO LTDA. contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, que desafia acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – Execução Fiscal – ICMS – Insurgência da Agravante contra decisão do MM. Juiz *a quo* que acolheu a recusa da agravada quanto à indicação do Parque Industrial à penhora – Impossibilidade de reforma da decisão – Não aceitação pelo Fisco – Inexistência de obrigatoriedade na aceitação de tal indicação – O exequente pode recusar o bem oferecido à penhora quando houver inobservância da ordem legal – Inexistência de violação ao art. 805 do CPC/15 – Embora a execução transcorra pelo meio menos gravoso para o devedor (art. 805 do NCPC), deve se desenvolver no interesse do credor (art. 797 do NCPC) – Maior celeridade processual objetivada – Decisão mantida – Recurso improvido.

Nas razões do especial, alega violação dos arts. 805 e 1.022 do CPC/2015, do art. 11 da LEF, bem como dissídio jurisprudencial, sustentando as seguintes teses:

a) existência de negativa de prestação jurisdicional, tendo em vista suposta omissão do Tribunal de origem quanto à certidão exarada por Oficial de Justiça, capaz de comprovar que a indicação pela contribuinte do parque industrial à penhora ocorreu como a única forma menos gravosa para a continuidade do processo executivo;

b) a recusa do bem ofertado como garantia da dívida pela Fazenda Pública representa ofensa ao princípio da menor onerosidade, na medida em que prejudica o desempenho das atividades prestadas pela empresa.

Contrarrazoado o recurso especial, este não foi admitido no tocante à possibilidade de recusa pela Fazenda Pública do bem ofertado como garantia do juízo pelo contribuinte, em cumprimento ao disposto no art. 1.030, I, "b", do CPC/2015, bem como em razão da inexistência de violação do art. 1.022 do CPC/2015 e da incidência da Súmula 7 do STJ quanto aos demais pontos.

Contraminuta apresentada às e-STJ fls. 380/386.

Passo a decidir.

De início, registro que, conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3).

Feita essa consideração, cabe ressaltar que o recurso especial se origina de agravo de instrumento interposto pela Destilaria Grizzo Ltda. contra decisão interlocutória que, nos autos da execução fiscal movida em seu desfavor pelo Estado de São Paulo, indeferiu a indicação de seu parque industrial como garantia da dívida.

O TJ/SP negou provimento ao referido agravo. Vejamos, no que interessa, o que está consignado no voto condutor do acórdão recorrido (e-STJ fls. 298/300):

Trata-se na origem de Execução Fiscal, visando à cobrança de ICMS, para pagamento de suposto débito na ordem de R\$ 12.173.675,52, cujo momento processual se pautou em apreciar a oferta de bem à garantia do débito, qual seja, o Parque Industrial da agravante.

Pois bem. Prescreve o artigo 11 da Lei 6.830/80:

Art. 11 - A penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem:

I - dinheiro;

(...)

IV - imóveis;

No entanto, houve a expressa recusa por parte da Fazenda do Estado de São Paulo, ora agravada, ensejando a interposição do presente agravo de instrumento por parte da executada.

Tal recusa, por parte da exequente, entretanto, atende aos ditames da legislação processual civil.

Em casos análogos, como já se decidiu, os bens oferecidos à penhora, para ter margem à sua aceitação, devem dar amostras de que possuem manifesta liquidez em sua eventual alienação.

O objetivo disso, assim, é a plena executoriedade dos mesmos, ou seja, é a possibilidade de serem os referidos bens rapidamente convertidos em pecúnia, para a satisfação do crédito em aberto com a maior celeridade possível.

Assim, correta é a atitude da Fazenda Pública do Estado de São Paulo, na medida em que busca tal condição de facilidade de liquidação, bem como de melhor solvabilidade da garantia da execução, além de observar, ainda, que não haja maior dispêndio processual para a liquidação, nos presentes autos.

Na oferta de imóveis, existe, de forma inegável, encargo de avaliação e constatação, por técnico especializado, o que redundará em ônus extra, no custo geral do processo, de modo que não há como prevalecer às avaliações unilaterais apresentadas.

Além do mais, à Fazenda Pública, como credora que é, assiste o privilégio de aceitar ou não os bens oferecidos à penhora pelos seus devedores, sempre levando em consideração as dificuldades que se pode encontrar na comercialização ou praxeamento dos referidos bens, para fins de recebimento dos valores objetivados, o que é, em última análise, o que se pretende fazer com todo esse procedimento, na defesa do Erário e do próprio interesse público.

Pouco adianta, em verdade, aceitar-se bem oferecido à penhora pelo devedor,

que este afirme ser valioso, dentro dos seus parâmetros de avaliação, e que praticamente não apresente valor comercial algum. Na lista de bens sujeitos à penhora, constante do art. 11 da Lei n. 6.830/80, o referido imóvel é superado pelo dinheiro (inciso I).

No mais, custa crer, em verdade, que não possua a empresa agravada outros bens, livres e desembaraçados, para a garantia do débito fiscal que se pretende discutir, o que igualmente pesa contra a posição da executada.

Por fim, no que tange à questão referente ao artigo 805 do Novo Código de Processo Civil, atinente ao chamado princípio da menor onerosidade da execução ao devedor, cabível frisar-se que deve tal princípio ser observado, mas atentando-se sempre à exequibilidade do crédito, sem torná-lo inviável, o que pode vir a ocorrer, se se impuser ao Fisco a aceitação da penhora de bens de valor questionável, que não chegam a garantir o débito da exequente.

Não se vislumbra, destarte, qualquer tipo de ofensa ao teor de tal dispositivo legal, bem como ao já mencionado art. 11 da Lei de Execução Fiscal, por não se concretizar, de maneira alguma, a alegada ofensa aos correspondentes direitos do agravado.

Com efeito, nos termos do art. 797 do CPC/15, a execução é realizada no interesse do credor, objetivando a satisfação do débito, de maneira que os bens oferecidos à penhora devem possibilitar o alcance desse objetivo.

Os embargos de declaração opostos pela agravante foram rejeitados.

Pois bem.

Como relatado, o juízo denegatório realizado pelo Tribunal Bandeirante negou seguimento ao capítulo do recurso especial relativo à possibilidade de recusa pela Fazenda Pública dos bens indicados à penhora pelo contribuinte, com base no art. 1.030, I, "b", do CPC/2015, tendo em vista o julgamento do REsp 1.337.790 pelo STJ sob o rito dos recursos repetitivos.

De outra banda, a Corte de origem inadmitiu as demais discussões trazidas no apelo raro, ante a aplicação do disposto no art. 1.030, V, do CPC/2015, por considerar inexistente a alegada ofensa ao art. 1.022 do diploma processual, a falta de comprovação do dissenso pretoriano e a incidência da Súmula 7 do STJ à hipótese dos autos.

A empresa agravante, por sua vez, interpôs apenas agravo em recurso especial contra a decisão da inadmissibilidade, o que, em princípio, denotaria ausência de interesse na impugnação da tese envolta à orientação firmada no referido recurso repetitivo.

Ocorre que, da leitura das razões recursais, verifica-se que toda a argumentação inerente à indicada ofensa dos dispositivos infraconstitucionais (arts. 805 do CPC/2015 e 11 da LEF) – inclusive a preliminar de negativa de prestação jurisdicional – diz respeito à legitimidade do bem ofertado como garantia na execução fiscal, matéria esta, como dito, que teve seu seguimento negado nos termos do art. 1.030, I, "b", do CPC/2015, cuja irresignação só pode ser arguida em sede de agravo interno, em obediência ao disposto no § 2º do referido artigo da lei processual, o que não ocorreu na espécie.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Com efeito, deve-se mencionar que esta Corte não admitia a interposição do agravo de instrumento contra a decisão que, com base no art. 543-C, § 7º, I, do CPC/1973, negava seguimento a recurso especial (v.g.: QO no Ag 1.154.599/SP, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, Corte Especial, DJe 12/05/2011), nem tem, atualmente, na vigência do CPC/2015, admitido a interposição de Agravo em Recurso Especial (v.g.: AgInt no AREsp 1.097.673/SP, de minha relatoria, Primeira Turma, DJe 23/02/2018).

Vale salientar que, no caso, o juízo de admissibilidade negou seguimento a parte do apelo extremo, com base na legislação processual de 2015 (art. 1.030, I, "b"), o que afasta qualquer possibilidade de retorno dos autos à origem para que aprecie o presente recurso como agravo interno (v.g.: AgInt no AREsp 1.177.182/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 21/05/2018).

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator